CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 29 Fevereiro – Março de 2008

Ministro da Defesa na Empossе dos Novos Corpos Directivos

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 29 Fevereiro – Março de 2008

Sumário

3 | Editorial

4 | Por Terras do Extremo Oriente - III Parte

10 | O Uso da Força e a Crise do Darfur

13 | Ministro da Defesa Nacional
Figueiredo Lopes

14 | Por uma Associação participativa
Mais intervenção, melhor cidadania

20 | A China no Mundo Globalizado

24 | Acontecimentos & Actualidades

26 | UmDeCadaVez
José Monteiro

Capa – **Empossе dos Novos Corpos Directivos**

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

A tomada de posse dos novos Corpos Sociais da AACDN, no IDN, teve o privilégio da presença de Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, e das mais altas figuras, ou seus representantes, dos três Ramos das Forças Armadas, bem como do Chefe da Casa Militar do Presidente da República, de entre outras entidades do meio académico e empresarial, e de personalidades amigas dos empossados.

Perante tão importante e douta assembleia e pelo timbre e simpatia das palavras proferidas, somos levados a concluir que grande é a expectativa e, concomitantemente, a responsabilidade com que esta Direcção se depara.

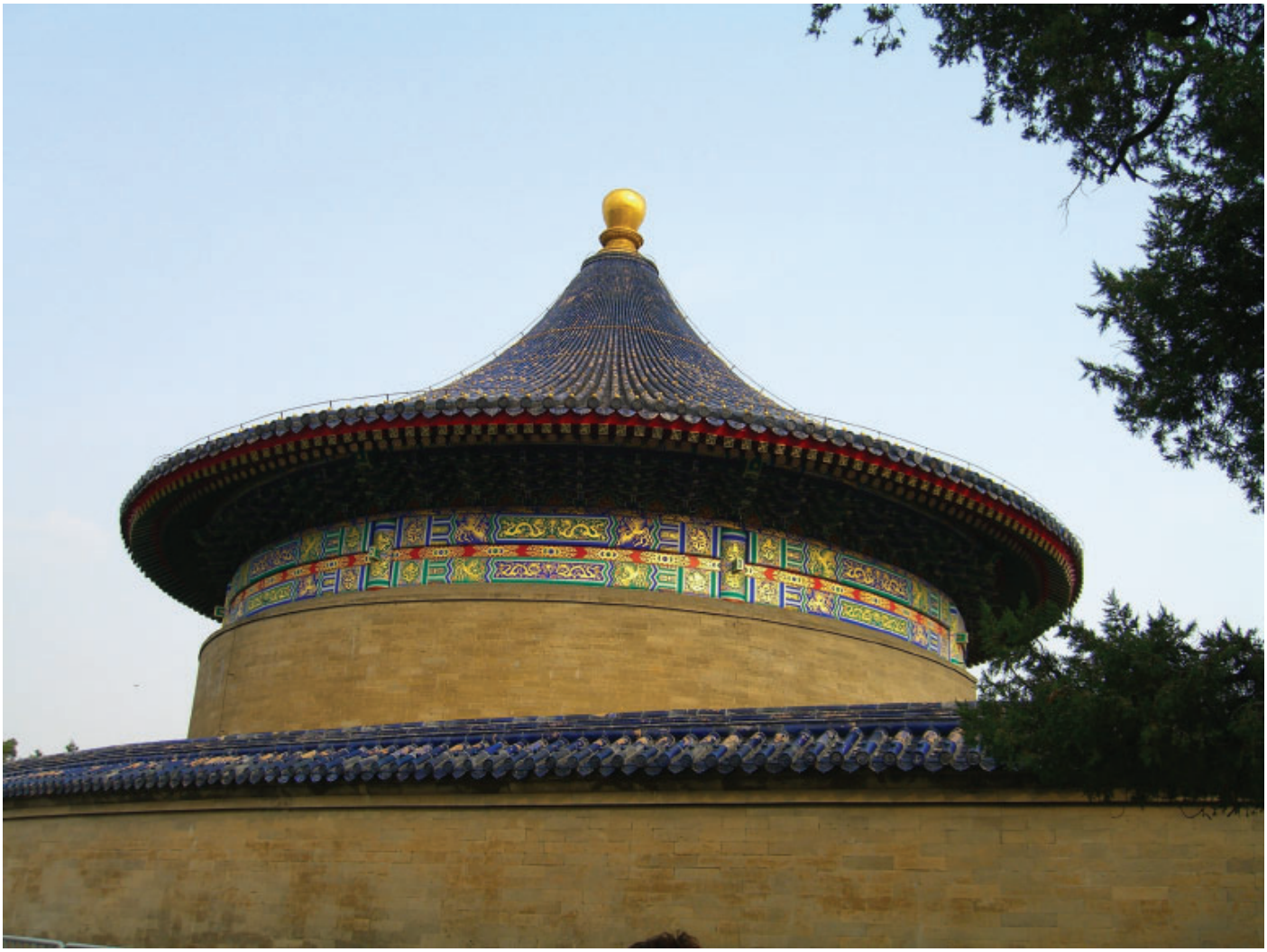
Mas a Associação, para a realização dos seus objectivos, não depende unicamente da efémera Direcção e demais Corpos Sociais. Se quisermos que esta Instituição aumente o seu peso específico, que se imponha verdadeiramente no panorama nacional, dentro de uma lógica de *Assembleia de Pensadores Críticos*, tem que ser pela força congregadora de todos, ou da grande maioria dos seus Associados. Por outro lado, também não temos a veleidade de em tudo pensar e de tudo realizar, como se o Mundo viesse a acabar, dentro de pouco tempo, ou que após a nossa presença se registasse um dilúvio. Vamos, sim, procurar concretizar o que se encontra no nosso programa e continuar a caminhar, tal como fizeram os nossos antecessores, com pequenos – mas firmes – passos.

Queria também estender o convite às pessoas que, por motivos vários, se afastaram da vida associativa, que a porta se mantém aberta à sua colaboração e ao seu conselho. Continuam a ser sempre bem-vindas.

Um outro facto, não menos importante, e que gostaria de trazer à colação, prende-se com o número de Associados. Relativamente ao *ratio* entre o número de cursos havidos e o de Associados inscritos, pode dizer-se que o mesmo é bastante baixo. Desta forma, queremos convidar todos os Associados, sobretudo os dos últimos cursos, que tragam um Amigo também do seu curso para a Associação. É que não basta ser-se bom. Precisamos de ser muitos e bons e a Associação necessita, efectivamente, de se renovar, de pessoas com outras formas de abordagem das questões que, teimosamente, vão persistindo.

Em suma, a Associação tem de permanecer uma Instituição viva e actuante e, para isso, necessita do concurso do seu capital mais valioso – as Pessoas.

Joaquim Silveira Sérgio



Relato de uma viagem à China realizada pela AACDN em Julho/Agosto de 2007

Por Terras do Extremo Oriente

III Parte

Beijing (ou Pequim)

Chegámos a Pequim cerca das 2 horas da tarde, após um voo de 1h45 num avião impecável da *China Eastern Airlines*... onde repetimos o almocinho...

Faz alguma confusão os nomes *Pequim* ou *Beijing*? Parece que durante a revolução comunista foram alterados alguns nomes: Pequim (capital do Norte) foi substituído por Beijing (a Paz do Norte) e Nanquim (capital do Sul) por Nanjing (a Paz do Sul). Assim se esclareceu para mim um mistério, porque na maioria dos mapas ainda está escrito Pequim ou Peking e eu até julgava que era uma questão de adaptação da pronúncia inglesa ao chinês!

Em Beijing estavam 33ºC, com 50% de humidade, o que era, apesar de tudo, muito mais agradável que nas outras cidades por onde andámos.

A nossa guia apresentou-se. Tinha um nome muito comprido, mas propôs que a tratássemos apenas pela terminação. Assim, ficou Yen e seria o nosso Anjo da Guarda na capital do "Império do Meio".

Ficámos alojados no Hotel *The Península Beijing*, onde almoçámos pela terceira vez nesse dia... mas o apetite não nos abandonou!

No templo do Céu

Como estava previsto no programa, fomos visitar o Templo do Céu. Na viagem cruzámos a avenida da Paz Eterna, que, segundo a guia, tem para aí uns 50 km.

Beijing tem cerca de 26 milhões de habitantes. A preocupação recente pelo ambiente traduz-se em leis interessantes: é proibido fumar dentro dos edifícios e, na rua, atirar beatas para o chão tem uma multa de 50 yuan. O denunciante tem direito a 50% da multa, o que num país em que o vício de fumar é generalizado, pode ser uma renda interessante!

Vemos os melhores carros das melhores marcas, com destaque para a Audi, que tem uma fábrica nesta região.

No Templo do Céu, a Yen contou uma lenda que era mais ou menos assim: Havia uma grande seca e todos esperavam que o Imperador resolvesse a situação. Então a Imperatriz caiu ao chão e levaram-na desmaiada para o quarto. O Imperador aproveitou a ideia e "atirou-se ao chão" e ...não é que desabou a chover?

Pois este templo era o local onde o Imperador ia orar e pedir os milagres!

Convém referir que o Imperador era considerado o interlocutor entre o Povo e o Céu. Se ele não conseguia fazer chover, então era porque as suas relações com o Céu se tinham deteriorado e rapidamente seria destituído por algum general em nome do Povo. Essa também a razão por que os primeiros missionários eram adoptados pelo imperador, quando revelavam a capacidade de medir o tempo (fabrico de relógios) e prever as estações (fazer calendários).

Talvez devido ao cansaço e ao calor, este templo não me impressionou e não guardo claras recordações. Era um grande terreiro que ia sempre subindo de edifício em edifício. Passamos a 1ª porta: à esquerda havia altares para os sacrifícios e do lado direito os fornos crematórios.

Havia uma espécie de arena redonda em pedra com um ponto central onde o imperador orava. Nas tradições chinesas a Terra é quadrada e o Céu redondo; por isso quando o imperador se deslocava, levava á frente uma placa redonda com o símbolo do Céu gravado.

Na simbologia numérica, o nove é o número mais elevado, é o símbolo do Poder e por isso reservado ao imperador. Então aqui tudo é múltiplo de 9. Por exemplo, a Colina do Céu tem 27 degraus. Já agora o 4 é numero do azar e quase não se usa e o 8 é o da prosperidade. Espreitámos alguns edifícios com altares: um chamava-se Abóbada do Céu e o outro, Sala das Boas Colheitas.

Um parêntesis: à porta do hotel estava um *Rolls Royce*, matrícula KK999. Um homem poderoso! Seria o imperador?...

Agora a ópera é outra!

À noite fomos ver a famosa "Ópera de Pequim". Todos os figurantes são masculinos e os que fazem de mulher

caracterizam-se a preceito. Parece que isso faz parte do espectáculo e havia pessoas que iam assistir à maquilhagem.

Esta ópera é muito diferente da de Xian, mas é também muito mais recente. A orquestra é muito numerosa e composta por instrumentos que conhecemos e outros não. Aqui parece haver uma história e principalmente muito de circo. É muito colorida e ruidosa. E as roupas, o colorido e o jogo de luzes no palco, para mim, foram o coração da cena.

À saída da Ópera tivemos o resultado da visita ao Templo e da devoção com que alguns fizeram as suas preces. Não sei se algum Auditor se terá "atirado ao chão", mas o Céu abriu-se e a chuva desabou! Benditos deuses (ou antepassados), foi mesmo na hora da saída!... Mas pelo menos a roupa secou depressa!

A subida da grande Muralha!

Chegou o 13º dia, o mais esperado por causa da famosa "Muralha".

A ânsia era muita, mas pelo caminho ainda tivemos de render homenagem ao "Deus Consumo", que afinal é o verdadeiro Deus que os chineses actuais adoram. Era uma espécie de fábrica de potes de cobre que os artífices iam pintando, soldando uns rendilhados e cozendo as tintas... O resultado final era muito interessante e os mais interessados podiam comprá-los! Bastava passar à sala do lado, onde se vendia de tudo... Uma autêntica Loja do Chinês!

Após cerca de 50 km de planície, surge uma barreira de montes graníticos em que o branco e rosa da pedra aparece pintalgado do verde vivo da vegetação. Muito lindo e a merecer a devoção dos cultos da natureza.

A estrada entrou pelo vale e logo começámos a ver a muralha, como uma serpente (o mítico dragão), subindo e descendo pelas cumeadas.

Passámos por debaixo dumas torres e, à esquerda e à direita, os turistas, como formigas coloridas, enchiam aqueles carreiros monumentais. Mas continuámos subindo, pois o nosso destino era escalar um troço mais a Norte.

... A muralha volta a interceptar-nos a correria e... desta vez é a sério!

Estacionámos, mergulhámos na multidão e as ordens foram dadas:

... É sempre a subir; chegar à 3ª atalaia já é bom! Os que chegarem à 7ª serão chamados de "Heróis Escaladores da Grande Muralha da China"!...

Após uma fotografia de conjunto onde está tudo sorridente devido às momices dum vendedor de

chapéus, foi dada a partida e aí vamos nós de máquina fotográfica em punho, empurrando e sendo empurrados, sempre olhando para o alto e equilibrando-nos nas lajetas do chão, nas rampas escorregadias e nos degraus de altura irregular!...

Bem, acho que cheguei à 7ª porque, de repente, estava tudo a voltar para trás! Senti-me um pouco mais leve, porque tinha cumprido um desejo recalcado durante tantos anos... ou talvez devido aos litros de transpiração já rejeitados!...

Então aí parei para apreciar aqueles montes paralelos a perder de vista e o grande dragão, contorcendo-se e espreitando-nos de topo em topo.

Reparei que toda a gente sorria de olhos brilhantes e insistiam em caminhar como se fosse esse o derradeiro objectivo das suas vidas!...

E havia gente de todas as raças e de todas as línguas, qual Torre de Babel!... com esmagadora maioria de feições orientais, na sua imensa variedade. Havia até crianças de roupas coloridas, arregalando aqueles olhos estreitos, tentando absorver tantas caras e tão estranhas!

O som, para alem da cacofonia humana, estava inundado da estridência das cigarras, mas aqui coabitavam as cigarras por impulsos como em Xangai, com o modelo de vibração continua, a que estamos habituados.

Para baixo nem sempre os santos ajudam!

Enfim... era hora de descer, o que se revelou tarefa dura!

Havia hora marcada para o regresso, que, aliás, começava também a ser reivindicado pelo relógio biológico, reclamando abastecimento! Tentei inventar e reparei que era mais fácil regressar por fora da muralha. Tudo correu bem, até que me pareceu que o trilho se afastava demasiado do ponto de encontro. Homem de pouca fé, acabei retrocedendo e apanhando de novo a muralha para aí na terceira atalaia, o que significa que ainda subi mais uma ou duas.

Pode até parecer um grande feito, mas não me deu satisfação nenhuma!...

Confesso até alguma frustração: É como o miúdo que tudo faz para ter um gelado e depois começa a vê-lo derreter-se e chegar ao fim mais depressa do que tinha imaginado.

De facto, o meu sonho era que não houvesse limitações de tempo, não houvesse tanta multidão e tanta algazarra, que pudesse parar em todas as atalaias para apreciar a paisagem e pensar na História do poder humano, dos que mandam e dos que trabalham...

E imaginar a beleza dum Pôr-do-Sol!...

Almoço com os camaradas

Recolhidos todos ao autocarro, fomos almoçar num sítio algo exótico, num dos vales da montanha. Voltámos a cruzar a muralha, subimos por um caminho apertado e fomos dar a um restaurante chamado *Commune by the Great Wal*". Os empregados vestiam à Mao, todos de preto, com uma estrela vermelha no peito! O tamanho da estrela era conforme a sua posição hierárquica.

Almoço genuíno chinês com grande variedade de coisas, que desconheço. Havia acepipes terrivelmente picantes, mas descobrimos o extintor: umas tâmaras muito doces que eliminavam imediatamente o foco de incêndio.

À saída do restaurante era um bom sítio para fotos com as montanhas verdes e as omnipresentes muralhas. Mas aí chamou-nos a atenção uma misteriosa estátua que estava um pouco mais abaixo. Aproximamo-nos e o mistério foi esclarecido: Aquilo que parecia o busto do grande líder, decapitado, era apenas o famoso casaco de Mao, feito em ferro, com os botões, as costuras, etc. Estaria talvez melhor no museu do traje!...

Saímos da montanha, voltámos à planície e perguntei à guia o que era aquele lindo conjunto arquitectónico, com cúpulas azuis, que já me tinha chamado à atenção na ida: Era para ser um casino, mas o promotor não teria cumprido algumas formalidades e o projecto foi embargado... Já estava assim há muitos anos!...*E esta eihn?!...*

Os túmulos Ming

Fizemos uma paragem para visitar os famosos Túmulos Ming...

Mais uma vez uma sucessão de portas ia conduzindo a lugares cada vez mais sagrados. No final estava o mausoléu num plano elevado e num edifício esbelto com uma passagem em túnel, com uma espécie de altar no meio. O imperador está sepultado num monte artificial por detrás desse edifício. Vimos aí um poço onde, segundo a Yen, eram atiradas as concubinas que deviam acompanhar o imperador no outro mundo... Não me pareceu nada razoável, mas enfim!...

Nesta visita havia também muita gente, embora a agitação não fosse tanta como na muralha. Noto que nesta zona de Beijing o espanhol era uma língua muito ouvida. Eram espanhóis, mexicanos e até grupos mistos de espanhóis e portugueses. Bem, e depois os guias também só falavam espanhol...

Parece que há diversos túmulos nesta zona, mas nem todos são visitáveis. Os imperadores consideravam sagrada esta zona tão linda com a montanha a emoldurar o horizonte! Mesmo os palácios e monumentos não funerários, por exemplo em Beijing, têm a mesma orientação geográfica e encostam-se a um monte artificial, imitando a montanha.

Um intervalo de paz e harmonia!

Mas do que eu gostei mesmo a sério foi do "Caminho Sagrado"!... Caminhando por uma larga alameda ligeiramente em curva, o cenário é cada vez mais encantador e intimista: A sinfonia das cigarras vai dando lugar ao canto dos pássaros e por fim a um silêncio quase total.

Dum lado e doutro, a intervalos regulares, há estátuas

simétricas: aos monges, seguem-se os guerreiros e por fim os animais. Destes, alguns são reconhecíveis e outros talvez mitológicos. Cada género de animal aparece em posição de pé e depois de joelhos!

No fim do caminho, o mausoléu, com uma grande tartaruga de pedra, onde devemos passar com a mão para dar sorte. O culto da tartaruga vem da mitologia: é a tartaruga que suporta a Terra nas suas costas!

Enfim, mais de 1 km de beleza para os olhos e ouvidos… uma calma que não tínhamos encontrado em mais lugar nenhum da China!

O regresso ao hotel faz-se com as informações e esclarecimentos eruditos da Yen. Não tomei notas, apenas me lembro de dois comentários curiosos:…

Os chineses comem pouco peixe. Sempre estiveram de costas voltadas para o mar, donde só vinham problemas e piratas. Depois chegaram os portugueses e tomaram conta do mar e os chineses ficaram muito satisfeitos…

… Como sabem, só há dois países comunistas: Cuba e… a Coreia!

(e na verdade a China não tem economia de mercado, mas também não é um país comunista , embora governado pelo Partido Comunista)

A cidade proibida

No 14º e último dia estava programada a visita à cidade histórica de Beijing, ou mais concretamente, a "Cidade Proibida", residência dos imperadores.

Começámos pela Praça Tianamen, que significa a "Paz Celestial". Dizem que é a maior praça do mundo, com 880x500 m isto é 44 hectares, e nem me custa acreditar!

Mas está ocupada com alguns edifícios: Nos lados, o Museu de História da China e o Grande Palácio do Povo (onde se fazem os maiores banquetes do mundo!…10 000 pessoas!)

E no meio da Praça o Mausoléu de Mao e o Monumento aos Heróis do Povo!

… Sobre a famosa chacina de estudantes na Praça Tianamen, a Yen deu uma explicação curiosa: Em Beijing, estava como convidado o dirigente máximo soviético. Era preciso travar os estudantes para não interferirem com a visita e os dirigentes chineses não "perderem a face".

E perante a pergunta se tinha havido chacina, ela respondeu que não fora na praça, mas nos arredores. "Então, mas isso não altera nada!…" comentou alguém.

Pareceu-me que a guia ficou muito incomodada e não respondeu…

Por coincidência, nessa altura deu-se pela falta de alguns companheiros, o que provocou na Yen uma reacção talvez exagerada e que contribuiu para algum mal-estar. Isso prejudicou a relação amistosa que deve existir sempre entre o grupo e a guia. Felizmente o companheiro tinha ficado encantado a fotografar a Praça e não estava perdido, mas apenas atrasado. Após contacto por telemóvel, juntou-se a nós, recuperando-se a boa disposição!

Temos de compreender a posição da Guia, que me pareceu muito pressionada em relação ao nosso

grupo. Há ainda as diferenças culturais que podem ter provocado algum mal entendido. Em conversa particular, soube que a Yen nasceu no Sinquiang, de família muito modesta e teve de subir a pulso até esta profissão, decerto muito invejada.

A filosofia deste palácio faz lembrar o palácio Topkapi dos Sultões de Istambul, o que se compreende, atendendo à origem oriental dos Otomanos. Está dividido em três partes separadas por portas de acesso, cada vez mais restrito. Passa-se duma zona acessível a embaixadores e funcionários administrativos, para outra destinada à logística do palácio e outra reservada apenas à família, que é onde reside o Harém protegido do exterior por altos muros e pelos eunucos. O Imperador tinha direito a seis esposas, sendo uma Favorita e mais 72 (múltiplos de 9!) concubinas das quais poderia ter filhos. Estes dividem-se em sucessores e príncipes.

A sucessão é sempre por via masculina, mas houve uma imperatriz famosa, que governou a China durante 48 anos. Chamava-se Cixi, "a imperatriz viúva". Era uma concubina que gerou um filho que, por razões que desconheço, sucedeu ao imperador, mas morreu cedo. Ela nomeou um sobrinho e depois ainda outro. A sala de audiência tinha dois tronos. A Imperatriz ocupava um deles, mas era ela que governava realmente. É nessa altura que se dá a Guerra do Ópio e é esta imperatriz que suporta a humilhação da derrota, obrigando-se a abrir o comércio e algumas cidades aos bárbaros estrangeiros (ingleses, principalmente).

Recordações

Da visita a este palácio, guardo algumas impressões mais fortes:

Havia grandes latões de bronze espalhados pelo recinto. Não eram caixotes do lixo (seriam os mais antigos do mundo?), mas funcionavam como reservas de água para apagar incêndios.

O clima de paz e sossego das áleas arborizadas na zona do harém: água corrente, recantos idílicos em pedra calcária muito rendilhada. As árvores eram pinheiros bravos de ponta cortada para dar mais sombra. Não se ouviam cigarras.

A miúda com lindo vestido de seda à moda imperial que dançava graciosamente, voltando aos braços dos pais que descansavam nas escadas e estendendo a mãozinha:... "*Dollar, dollar*"...

Aquele pavilhão encarrapitado num monte de penedos, mais alto que qualquer outro edifício e destinado aos galanteios do imperador com as suas concubinas, uma vez que não podia ser visto por outros em cenas amorosas.

Os telhados arrebicados e com aquelas figuras de monstros a meter medo!

...E, meu Deus, até mesmo na zona mais proibida da Cidade Proibida, foram inventar um bazar onde se vendia de tudo aos sôfregos turistas ...

Saindo da muralha, vimos o largo fosso que a rodeava e também a alta colina arborizada, com templos. É um monte artificial denominado "Monte do Carvão", construído segundo a tradição, que recomenda a protecção da montanha para dar sorte!

Um jantar calmo e bem servido

A tarde deste nosso último dia estava reservada para "compras ou outras actividades de carácter pessoal". Entretanto almoçámos no *Red Wall Café*, um restaurante de comida ocidental. E estava bem boa! Mas quiseram os Deuses que, depois de tanta comida chinesa, potencialmente perigosa, foi exactamente esta comida ocidental (ai, as natas!...) que entrou em conflito com o meu aparelho digestivo, estragando-me a tarde.

Pois, nem fui às compras, nem àquele *tour* do qual ouvi tão boas referências: andaram de triciclo (não sei se ainda se chama rikxó) pelas ruas dos velhos bairros e conversaram com as pessoas anónimas nas suas casas! Seria encenação para turista?... De qualquer modo, tive pena!

O jantar de despedida no Restaurante *Dadong Roast Duck*, consistia no famoso "Pato à Pequim". Atendendo ao meu débil estado digestivo, foi-me servida uma espécie de canjinha, que até me soube bem.

Não apreciei o pato, mas pude apreciar calmamente as lindas chinesinhas que nos serviram – decerto exemplares escolhidos das famosas "minorias étnicas". Compreendi perfeitamente por que é que às minorias é permitido ter o segundo filho. Muito especialmente se forem meninas!...

E chegou o dia da partida!

O dia mais longo da minha vida: 24 + 8 = 32 horas. O Sol acompanhou-nos durante 17 horas, desde a alvorada, cerca das 5 da manhã, em Beijing, até cerca das 10h sobre o Golfo da Biscaia (Espanha).

E pensar que os nossos antepassados já andaram por ali comerciando e divulgando a fé! A maioria pagou com a vida!

A viagem marítima, contornando África, a Península Indostânica, o estreito de Malaca... só com muita sorte demoraria menos de um ano.

Caramba, o mundo está a ficar muito pequeno!!!

E assim terminou esta inesquecível viajem. Foi um prazer conviver com um grupo de amigos tão solidário e simpático. Não costumo referir nomes, para não pecar por erro ou omissão, mas permito-me, no entanto, mencionar o meu companheiro de quarto, Rui Tomás, porque a sua amizade e boa disposição de algum modo me ajudaram a manter a jovialidade e perseverança necessárias ao êxito desta missão.

Foi esta crónica terminada em 15 de Setembro de 2007! O autor agradece e submete-se ao vosso julgamento!

Finis, Laus Deo

Fotos *M.F.*

Autor

Engenheiro Sousa Pereira
Sócio nº 875/04 da AACDN

Foto © Lusa

O Uso da Força e a Crise do Darfur

Em 1995, após o massacre, o CS decidiu criar o Tribunal Criminal Internacional para o Ruanda

As crises dos anos 90 demonstraram que o uso da força por parte da comunidade internacional (ONU) pode ser a única maneira de parar os genocídios, as "limpezas étnicas" e outros crimes contra a Humanidade. A controvérsia sobre a intervenção da NATO no Kosovo levou a que o Secretário-Geral, Kofi Annan, criasse a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados para examinar as questões legais, morais, operacionais e políticas, relacionadas com a intervenção humanitária. O seu relatório avança com o conceito da "responsabilidade de proteger", delineando critérios para a intervenção militar, como a autoridade, causa justa, intenção recta, último recurso, meios proporcionais e perspectivas de êxito razoáveis.[1] O relatório da ONU, *A More Secure World*,[2] lançado em Dezembro de 2004, aborda a questão do uso da força, sancionado pela ONU, no âmbito das ameaças previstas no Capítulo VII da Carta.[3] Em todos os casos, para ser legítimo, o emprego da força deve obedecer aos seguintes critérios:

Seriedade da ameaça - o mal em causa (contra os Estados, ordem internacional ou segurança humana) é suficientemente claro e sério para justificar, *prima facie*, o uso da força militar?
Justo propósito - é claro que o principal objectivo da acção militar é deter ou evitar a ameaça em questão, à parte outras considerações envolvidas?
Último recurso - todas as opções não militares foram exploradas a fundo?
Meios proporcionais - a escala, duração e intensidade da acção militar são estabelecidas com base no mínimo necessário para fazer frente à ameaça em questão?
Balanço das consequências - a acção militar tem probabilidades razoáveis de fazer face à ameaça, ou as consequências dessa acção podem ser piores do que a falta dela?
Enquanto se avaliava as implicações para os Estados da "responsabilidade de proteger", o caso do Darfur veio levantar dúvidas sobre a vontade política do Conselho de Segurança (CS) em aplicar as normas emergentes de intervenção humanitária.
Em 2003, a região ocidental do Darfur,[4] no Sudão, apresentava-se como cenário de mais um desastre humanitário. A luta entre as forças governamentais e os rebeldes do Exército de Libertação do Sudão e do Movimento para a Justiça e Igualdade forçaram milhares de pessoas a abandonar as suas casas, após os ataques das milícias Janjaweed, actuando a soldo do regime. As populações ameaçadas procuraram abrigo no país vizinho. No prazo de um ano, o número de refugiados cresceu para 100.000, a que se somavam mais de um milhão de deslocados internos. Várias agências especializadas da ONU intervieram, fornecendo ajuda humanitária e alertando a comunidade internacional para a violação dos direitos humanos. Contudo, os seus esforços eram bloqueados pelo governo sudanês.
Foi só em Maio de 2004 que o CS se pronunciou sobre o assunto, na forma de um apelo ao governo sudanês para desarmar os Janjaweed e terminar o conflito. Surgiu então a proposta de ajudar a montar uma missão da União Africana, composta por monitores de cessar-fogo. O CS discutiu depois uma resolução em que se sugeria a possibilidade de a ONU agir, se o Sudão fracassasse no controlo da violência. Contudo, quatro membros abstiveram-se, incluindo a China e a Rússia. Kofi Annan defendeu a necessidade de uma acção mais concertada, no que foi apoiado pelo Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, que, em meados de 2004, definiu o Darfur como um evidente caso de genocídio.[5] Em Março de 2005, o CS, agindo ao abrigo do Capítulo VII, remeteu a crise de Darfur para o novo Tribunal Penal Internacional (TPI) para punir os responsáveis pelo genocídio. Nessa altura, o número de mortes ascendia já às 180.000-300.000 pessoas e os deslocados aos 2.4 milhões de indivíduos. O governo do Sudão anunciou que não cooperaria com o Tribunal. A promessa de "nunca mais", feita após o clamoroso genocídio do Ruanda, (e a igualmente ultrajante inacção do CS), foi metida na gaveta.

Em 1995, após o massacre, o CS decidiu criar o Tribunal Criminal Internacional para o Ruanda. Contudo, nas duas situações, uma acção prévia por parte do CS teria certamente evitado ou reduzido a dimensão do desastre. Na sua Resolução 1296 de 2000, o CS afirma que os ataques contra as populações civis e as "violações sistemáticas flagrantes e generalizadas" das normas humanitárias e dos Direitos Humanos "podem constituir uma ameaça à paz e segurança internacional..." O relatório sobre o Ruanda culpa o CS de falta de vontade política em aumentar a força de intervenção no Ruanda de forma a estancar o massacre. Face ao

... as intervenções das NU criaram precedentes que põem em causa a inviolabilidade e a soberania dos Estados. O conceito de intervenção humanitária foi desenvolvido no sentido da "responsabilidade de proteger"

Foto © Lusa

genocídio, conclui o relatório, as NU "têm uma obrigação de agir que transcende os princípios tradicionais do *peacekeeping*."[6]

O Darfur coloca três grandes problemas essenciais em sede da intervenção humanitária. O primeiro está relacionado com os critérios de selecção: por que é que a ONU interveio na Somália, mas ignorou as tragédias do Sudão e da Libéria? Ambos envolveram, no início dos anos 90, grandes perdas humanas devido à fome e às migrações forçadas. Por que é que a ONU ignorou a guerra na Chechénia e não conseguiu responder às crises humanitárias do Congo e do Darfur? O segundo problema prende-se com a questão do *timing*. As intervenções internacionais não são suficientemente rápidas para salvar milhares de seres humanos, como aconteceu na Somália, Srebrenica, Ruanda, Serra Leoa e, agora, no Darfur. Preparar uma força de *peacekeeping* leva tempo e as grandes potências, que detêm os meios, geralmente não têm interesse em fazê-lo.

Talvez mais importante, o Darfur pôs em evidência o problema da vontade política e, em concreto, dos interesses dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Estes têm interesses contraditórios: a Rússia e a China têm interesses económicos no Sudão e ambas, por regra, opõem-se ao uso de medidas coercivas para resolver disputas. Os Europeus e os EUA deram prioridade ao acordo de paz de 2004, para acabar com a longa guerra civil no Sudão, mas este revelou-se inútil. Os EUA não queriam pôr em perigo a cooperação com o governo do Sudão na guerra contra o terrorismo e, na prática, embora tenham iniciado o debate sobre uma força ONU para o Darfur, não tinham interesse em intervir. Os países islâmicos não apoiam sanções contra um Estado islâmico, porque afirmam que o mundo islâmico já foi demasiado enxovalhado devido às intervenções ocidentais no Iraque e no Afeganistão.

A composição de uma força de paz conjunta para o Darfur, entre a ONU e a União Africana (*UNAMID, United Nations-African Union Mission in Darfur*), acabaria assim por só ser autorizada pelo CS em Julho de 2007. Os primeiros contingentes chegaram ao terreno em Dezembro. As Nações Unidas tomaram conta da missão de paz para Darfur em Janeiro, após longos meses de negociações, mas as suas capacidades estão ainda muito abaixo do que seria necessário. Com dois mil homens actualmente, a missão levará muitos meses até que se consigam os 26 mil homens previstos. Será a maior missão do mundo quando estiver completa.

Em Fevereiro de 2007, o Tribunal Penal Internacional decidiu acusar o antigo Secretário de Estado do Interior do Sudão – actual Secretário de Estado para os Assuntos Humanitários –, Ahmed Haroun, e um líder das milícias Janjaweed, Ali Mohammed Ali Abd-al-Rahman, ou "Ali Kushayb", de crimes contra a Humanidade perpetrados no Darfur. O procurador do TPI, Luis Moreno-Ocampo, acusou-os de 51 presumíveis crimes contra a Humanidade e crimes de guerra, entre os quais, perseguição, assassínio, tortura e violação, levados a efeito entre Agosto de 2003 e Março de 2004. Tal como os EUA, que não reconhece legitimidade e capacidade jurídica ao TPI para julgar os seus cidadãos, também o Sudão, através do seu Ministro da Justiça, Mohammed Ali al-Mardhi, afirma não reconhecer competência ao TPI para julgar os casos no Darfur, ou dos cidadãos sudaneses.

Apesar do exemplo desapontador do Darfur, muitas pessoas acreditam que os precedentes existentes apontam para o processo em curso de emergência de normas de responsabilidade internacional dos Estados com vista a proteger cidadãos de ataques violentos.[7] Na década passada, as intervenções das NU criaram precedentes que põem em causa a inviolabilidade e a soberania dos Estados. O conceito de intervenção humanitária foi desenvolvido no sentido da "responsabilidade de proteger".[8] Embora este não seja um conceito gerado nas NU, ele tem vindo a ser operacionalizado em vários mandatos das Nações Unidas que incluem a protecção dos civis, dando, assim, esperanças, àqueles que acreditam num papel mais activo da ONU, que a "responsabilidade de proteger" paulatinamente dará os seus frutos.

---

[1] International Commission on Intervention and State Sovereignty, The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty, Dezembro de 2001 (em http://www.iciss-ciise.gc.ca/menu-en.asp), v "Synopsis" e parágr. 8.28.

[2] United Nations, A More Secure World: Our Shared Responsibility, Report of the Secretary-General´s High-level Panel on Threats, Challenges, and Change, 2004 (em http://www.un.org/secureworld/).

[3] Em relação ao Capítulo VII, o relatório faz a distinção entre as ameaças externas (a ameaça que os Estados põem a outros Estados, a povos fora das suas fronteiras e à ordem internacional em geral) e as ameaças internas e a consequente responsabilidade dos Estados de protegerem as suas populações.

[4] Margaret P. Karns, The UN in the 21st Century, Boulder, CO, Westview Press, 2007, pp. 112-114.

[5] "Powell Declares Killing in Darfur 'Genocide'", Online Newshour, 9 de Setembro de 2004 (em http://www.pbs.org/newshour/updates/sudan_09-09-04.html).

[6] "Report of the Independent Inquiry into the Actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda", S/1999/1257, 15 de Dezembro de 1999, p. 38.

[7] Seguimos Karns e Mingst, op. cit., pp. 114-5.

[8] Desenvolvido pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados no relatório citado, *The Responsibility to Protect*, Dezembro de 2001 (em http://www.iciss-ciise.gc.ca/menu-en.asp).

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Figueiredo Lopes (XII Governo Constitucional)

Nome: António Jorge de Figueiredo Lopes
Data de nascimento: 21 de Novembro de 1936
Naturalidade: Viseu
Pai: Carlos de Almeida Lopes
Mãe: Maria Augusta de Figueiredo Lopes
Estado Civil: Casado
Número de filhos: 3

Foii Secretário de Estado, por diversas vezes, Ministro da Defesa e Ministro da Administração Interna. Figueiredo Lopes, actual Director Executivo e Vice-Presidente do Conselho Directivo do Instituto dos Estudos Estratégicos e Internacionais, iniciou a sua carreira pública no limiar da revolução, subdirigindo o Secretariado da Administração Pública, em 1973. Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, foi também Director-Geral da Organização Administrativa, Secretário de Estado da Administração Pública, Secretário de Estado do Orçamento e Secretário de Estado da Reforma Administrativa. Ocupou, por duas vezes, a Secretaria de Estado da Defesa Nacional. Sucedeu a Fernando Nogueira na pasta da Defesa, a 16 de Março de 1995, que havia apresentado a sua demissão para liderar o PSD, na corrida às legislativas. Manteve-se no cargo até 28 de Outubro do mesmo ano, altura em que o Partido Socialista assumiu o XIII Governo Constitucional. Voltou à actividade governativa alguns anos depois, em 2002, como Ministro da Administração Interna de Durão Barroso. Foi substituído a 14 de Julho de 2004 por Daniel Sanches, aquando da tomada de posse do XVI Governo Constitucional, liderado por Santana Lopes. Militante do PSD, foi deputado eleito pelo círculo de Viseu.

Do seu currículo consta a ocupação de importantes cargos europeus, como o de Deputado ao Parlamento Europeu do Grupo Liberal, Democrático e Reformista. Nomeado por concurso público, foi Conselheiro da Comissão Europeia, e Vice-Presidente do Conselho Científico do Instituto Europeu da Administração Pública, com sede em Maastricht. Em Outubro de 1996, a mesma Comissão destacou-o para exercer as funções de encarregado de Missão, junto da Associação *Notre Europe*, a convite do Presidente Jacques Delors.

Foi assessor do Instituto da Defesa Nacional, Vice-Presidente do Instituto Nacional de Administração e membro do Conselho Superior da Defesa Nacional. Actualmente, é professor convidado no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e preside à secção nacional da rede Eurodefense.

Tem diversos artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras e é titular de importantes condecorações como as de Cavaleiro da Legião de Honra e Grande Oficial da Ordem do Infante, atribuídas, respectivamente, pelo Governo Francês e pelo Presidente da República.

Principais medidas enquanto MDN

Na continuidade da política de "reorganização e modernização" da Defesa e das Forças Armadas veiculada pelo seu antecessor Fernando Nogueira, Figueiredo Lopes tomou parte na aprovação do Decreto-Lei nº 190/95, que estabelecia a alienação de diversos imóveis afectos às Forças Armadas, com vista à geração de receitas para "a melhoria das condições de operacionalidade". Regulamentou, também, a criação da Inspecção-Geral das Forças Armadas (Decreto-Lei nº 133/95) destinada a assegurar "a rigorosa observância da legalidade e o controlo da correcta administração dos meios (...) postos à disposição das Forças Armadas e dos demais organismos e serviços integrados no Ministério".

Em prol da "uniformização" e da "deslegalização" assinou o Decreto-Lei nº 249/95, que determinava que os regulamentos dos uniformes militares das Forças Armadas passassem a ser aprovados por Portaria ministerial. Tomou parte, ainda, na aprovação do Estatuto do Instituto de Acção Social das Forças Armadas e na sua integração no Ministério da Defesa (Decreto-Lei nº 284/95).

Finalmente, refere-se a Lei nº 18/95 que estabelecia um novo regime para as promoções a oficial general e extinguia o cargo de Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Autora

Tenente Ana Dias, Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN, Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP

Por uma Asso

Mais interv

13 de Fevereiro de 2008 foi a data escolhida para a
e demais corpos sociais da AACDN

O Acto Público
contou
com a presença
do Ministro
da Defesa Nacional

ciação participativa
enção, melhor cidadania

Tomada de Posse da nova Direcção

O local, como vem sendo costume, foi o Instituto da Defesa Nacional, a "Casa Mãe" dos Auditores

Em Assembleia Geral ordinária, que teve lugar no dia 13 de Fevereiro, no IDN, o Presidente da Mesa, Dr José António da Silva e Sousa, no último acto do seu mandato, deu posse aos novos Corpos Sociais da AACDN, eleitos em 11 de Janeiro, em lista única, que tinha por lema *Por uma Associação participativa – mais intervenção, melhor cidadania*. Tomaram posse os seguintes elementos:

Assembleia Geral

Presidente
Abílio Ançã Henriques
Sócio nº 812/03
CDN 2003

Secretário
João Victor da Silva Pereira
Sócio nº 311/90
CDN 1990

Vice-Presidente
Alberto Laplaine Guimarãis
Sócio nº 844/04
CDN 2004

Vice-Presidente
António Vilar Ribeiro
Sócio nº 835/03
CDN 2003

Direcção

Presidente
Joaquim Silveira Sérgio
Sócio nº 702/2000
CDN 2000

Secretária
Brígida Marques Moucho
Sócia nº 801/03
CDN 2003

Vice-Presiente
Maria José Rebocho
Sócia nº 376/92
CDN 1994

Vice-Presidente
Francisco Marques Fernando
Sócio nº 689/2000
CDN 2000

Vogal
Manuela Sarmento
Sócia nº 647/98
CDN 1998

Secretária
Dorinda Vagos Gomes
Sócia nº 841/04
CDN 2004

Vogal suplente
Helena Dias
Sócia nº 915/05
CDN 2000

Tesoureira
Ana Paula Harfouche
Sócia nº 940/06
CDN 2006

Vogal suplente
Ana Pouseiro
Sócia nº 923/06
CDN 2006

Vogal
Rui Trindade
Sócio nº 755/02
CDN 2002

Conselho Fiscal

Vogal
Maria Isabel Guerra
Sócia nº 845/04
CDN 2004

Presidente
Mário Lemos Pires
Sócio nº 94/83
CDN 1983

Vogal
Maria Cândido Morgado
Sócia nº 866/04
CDN 2004

Vogal
Maria Felicidade Baptista
Sócia nº 635/98
CDN 1998

Vogal
Armandina Ferreira
Sócia nº 882/05
CDN 2005

Vogal suplente
Aires Rodrigues
Francisco
Sócio nº 612/97
CDN 1997

No Acto Público, que ocorreu no Átrio do IDN, na presença de Altas Entidades, civis e militares, e sob a presidência do Ministro da Defesa Nacional, Prof Doutor Severiano Teixeira – que em breves palavras, mas com eloquência, realçou a importância do IDN, dos seus Cursos de Defesa, dos Auditores e da AACDN – o novo Presidente da Direcção empossada proferiu o discursou que a seguir se transcreve, na íntegra:

"É subida honra para a AACDN e particularmente para os elementos que a partir de hoje constituem os seus Corpos Sociais, ter a presença de Vossa Excelência, Senhor Ministro da Defesa Nacional, nesta que é uma singela cerimónia, mas revestida de grande significado para a vida desta Instituição.

Permita-me, Sr Ministro, que leve ao conhecimento de tão insigne Assembleia o significado da sua presença nesta casa. Vossa Excelência não representa somente uma das mais Altas Entidades do Estado, em termos de circunstância. Se já não fosse mais do que razão basta o facto de Vossa Excelência exercer a magistratura da tutela, aduzem-se-lhe ainda outras, que são para nós de grande pertinência, e de entre as quais gostaria de destacar duas: a primeira, por ser igualmente Auditor e membro desta Instituição; a segunda, pelo facto de Vossa Excelência ter sido Director desta Casa Mãe – o IDN, onde nos encontramos – o lugar de formação dos Auditores, onde muitos iniciaram a formação para uma melhor consciencialização dos valores e da problemática que consubstanciam as diversas vertentes da Defesa Nacional (...) a presença de Vossas Excelências [General CEMFA e representantes do CEMA e CEME] é bem sinónimo do apoio e da contribuição que os Ramos têm devotado a esta Associação (...)

Agradeço, sentidamente, em nome da Associação e dos Corpos Sociais, a cuja Direcção tenho a honra de presidir, a vossa presença [Director do IDN, directores-gerais, reitores da UTAD e da Universidade Lusíada, convidados e colegas].

Permitam-me uma saudação muito especial aos dois presidentes de Direcção, com quem tive a particular honra de trabalhar, pelo apoio dado à actual Direcção, sem o qual o caminho a trilhar teria sido bem mais difícil, bem como às ilustres personalidades que entenderam fazer parte da Lista de Honra da nossa candidatura. O nosso muito obrigado.

Esta Associação não representa uma Sociedade do *Kriptos,* ou Secreta, nem tão-pouco iniciática, se bem que o conhecimento se caracterize por padrões de iniciação-progressão e, concomitantemente, de transformação.

Por outro lado, nenhum dos membros desta Instituição – e, sobretudo, quem incorpora os actuais Corpos Sociais – se encontra movido por qualquer intuito de poder ou de contra-poder. Motiva-nos, sim, a sã fraternidade e o colaborar na sublime obrigação de propiciar um futuro mais risonho aos nossos vindouros, de quem somos os únicos e verdadeiros responsáveis. Constitui igualmente vontade nossa que esta Instituição permaneça uma referência, cada vez mais forte e positiva, na vida nacional.

Encaramos este desafio com serenidade e espírito de missão. Só estaremos e seremos por vontade dos Associados. Estaremos e seremos, em grande parte, dependentes da colaboração que os mesmos Associados quiserem dar à sua/nossa Associação. Estamos igualmente dependentes de nós próprios, mas independentes de quaisquer moratórias para consumo rápido e circunstancial. Somos, por isso, corredores de fundo, para quem nos quiser acompanhar.

Esta Associação está consciente dos seus deveres para com a sociedade portuguesa, de que é parte integrante, da mesma maneira que se assume como uma parte da sua elite... designação acerca da qual os Associados desta Instituição não devem ter receio na sua assumpção.

As verdadeiras elites só o são se possuírem e

souberem usar o conhecimento para promoverem e valorizarem as sociedades onde se encontram incluídas, através de um exercício de crítica assertiva e da reflexão. E é precisamente quando mais se gosta das coisas, mais crítico e lúcido deve ser o seu olhar sobre as mesmas. Se as sociedades não quiserem estagnar, mas evoluírem e afirmarem-se, bem necessitam dessa crítica. Aliás, basta reparar e verificar os resultados nas sociedades, ou nos sistemas que tendem a impor um determinado *dictatus,* ou, por *aparente oposição*, nos sistemas *anórmicos* ou *abúlicos*, e também nos que tudo questionam – o quem, o como e o quando – mas, afinal, onde tudo se faz e em que tudo é consentido – quer seja no seio familiar, no trabalho, ou, mesmo, num país – para se tirarem as devidas ilações acerca do peso que custa suportar um vazio acrítico.

O impor de normas sem as passar pelo crivo da crítica e da reflexão, assente a mesma na experiência, é conducente a que as mesmas poucas probabilidades tenham de vingar, ainda que, momentaneamente, e, muitas vezes, por medo ou por desleixo, admitamo-lo, se "consinta" com a sua vigência.

E assim, ciclicamente, quando se muda de retórica, a *praxis*, que costumeiramente a acompanha, conduz, previsivelmente, a outro desfecho. Só que, neste interim, perdeu-se tempo e esbanjaram-se recursos e esforços. E, uma vez mais, surge a pergunta: É com estas medidas que se pretende, de facto, resolver a situação?

Por outro lado, saber usar o conhecimento é saber quando o mesmo deve ser transmitido e o modo como fazê-lo. Sendo o conhecimento uma aquisição gradual, significa que o mesmo se encontra hierarquizado. Daí que se procure contorná-lo, pulando-se mais facilmente para o consumo ávido da informação *travestida* de conhecimento. Daí o apregoar o lucro fácil, elegendo para seus ícones sociais os que rapidamente adquiriram grande quantidade de bens materiais, ainda que dos mesmos se desconheça de onde e como surgiram. Isto, porque nas sociedades pouco estruturadas ou pseudo-evoluídas, os valores encontram-se subvertidos e as hierarquias são vistas como perfeitos alergenos – que se devem evitar a todo o custo. E este posicionamento torna-se bastante preocupante. Porque, deste modo, estas sociedades igualmente designadas de cultura suburbana, que só pensam nos seus direitos abjurando os seus deveres para com elas próprias e onde tudo vale, melhor dizendo, onde o dinheiro manda e tudo compra, tornam-se mais facilmente manipuláveis, dado que dificilmente distinguem o essencial do acessório e o perene do efémero...

É que o conhecimento responsável, a hierarquia e as referências ou valores, constituem-se como inestimáveis baluartes da defesa de um povo e as colunas de apoio às verdadeiras elites. Assim sendo, o mal não está na existência das elites, mas sim naquilo que as pseudo-elites fazem do não-conhecimento. É nestes paradigmas que tem justificação o Plano de Actividades ora proposto em sede de assembleia e do qual gostaria de destacar resumidamente:

A importância que para nós continua a constituir o Boletim, veio de comunicação e de difusão de conteúdos de inegável qualidade entre os Associados, e os jantares-debate, com convidados de reconhecida craveira moral e intelectual;

A reactivação e o alargamento das parcerias, como é o caso mais recente da Universidade Lusíada, onde, com o apoio da mesma, se pensa dar corpo a conferências abertas sobre matérias que vão desde a Educação e o Ensino, à Cultura, à Saúde e ao Ordenamento do Território, não esquecendo, naturalmente, as mais antigas, como são os casos do IDN e da Eurodefense;

A divulgação e publicação dos trabalhos realizados por grupos de Associados, que irão desenvolver temáticas como os valores da Cidadania e da Defesa e a valorização do património – trabalho este dirigido sobretudo aos jovens; o elencar, tendo como pano de fundo a globalização, as grandes endo-epidemias do início do século XXI, especialmente as de potencial periculosidade para os cidadãos portugueses, assim como as orientações quanto ao modo de as ultrapassar; o que se poderá vir a fazer, e como, para obviar ao divórcio do Cidadão com a Justiça e a Fiscalidade, que, em nosso ver, é um factor fermente de instabilidade social.

Em matéria de relações exteriores, quais os desafios que se apresentam, ou com que roupagem se podem revestir as novas relações, no quadro da CPLP, e nas bilaterais com a Espanha e com os países da América Latina?

Por último, mas não menos importante, e para mim, como militar, mostra-se da maior relevância e actualidade, que novos paradigmas se apresentam no relacionamento da Sociedade Portuguesa para com as suas Forças Armadas?

Eis, em suma, o plano de actividades que a Direcção da AACDN irá procurar realizar, com a ajuda de Deus e com a conjugação de esforços dos seus Associados e das demais entidades civis e militares que se aprestarem a vir colaborar connosco, bem como as que o Estado vier a entender.

Para terminar, gostaria de vos comunicar que a Associação, através dos seus Corpos Sociais e na continuação de uma abertura à restante Sociedade, no intuito de conseguir aumentar e optimizar a sua projecção, irá criar um prémio no âmbito da Defesa Nacional, a fim de incentivar a investigação e incrementar o debate, não só no interior desta instituição como também em outras instituições de Ensino Superior, no âmbito da política e da estratégia das diversas vertentes da Defesa Nacional. Este prémio, cuja regulamentação irá ser alvo de estudo e posterior divulgação, será atribuído, de dois em dois anos, ao melhor trabalho de investigação efectuado no País.

Assim, ao dar por findas estas palavras, e mais uma vez, em nome da Associação, queria agradecer a presença de Vossas Excelências, que tanto dignificou este Acto Público".

A China
no Mundo Globalizado

I Parte

Há alguns anos, na viagem anual da AACDN, tivemos oportunidade de visitar Macau e uma pequena parte da China que, numa viagem de autocarro, nos permitiu conhecer Cantão e a região atravessada por uma auto-estrada que liga aquele território, então sob administração portuguesa, a esta cidade. Numa das paragens técnicas, pudemos visitar um palácio que terá sido a residência do Dr Sun Yat-Sen. Num daqueles panfletos que são distribuídos aos visitantes como recordação, e que mantenho guardado nos meus arquivos, pode ler-se (tradução livre do inglês): "Encorajamento do povo. Um discurso escrito pelo Dr Sun Yat-Sen e feito em Guangzhou no dia 30 de Maio de 1924. Se forem seguidas a metodologia e a doutrina dos Três Princípios do Povo, nós devotar-nos-emos à salvação do nosso país com o coração e a mente e poderemos certamente mudar a China, fazendo da fraqueza força e da pobreza riqueza. Ela será então guindada ao nível dos poderes mais elevados do mundo de hoje". Era um discurso premonitório que está a cumprir-se, pois, no caminho já percorrido e de acordo com a estratégia que está a ser seguida, a China atingirá, dentro de poucos anos, níveis de desenvolvimento científico, técnico e económico que a tornarão na maior potência mundial.

Recordo que nessa viagem apreendemos aspectos muito curiosos do comportamento dos chineses na criação de estruturas do tipo social, cumprindo certamente determinações superiores e que no ocidente se não observavam. Refiro-me, por exemplo, à construção de edifícios em altura, em zonas rurais, quando estavam disponíveis extensões enormes de terreno. Foi-nos dito que o terreno era reservado para a produção agrícola, de que havia carência, e que as construções em altura eram muito mais baratas quando se encaravam as distribuições de água, luz e

telefone. A construção propriamente dita era facilitada pela montagem de andaimes de bambu, muito leves e resistentes, em que as ligações não necessitavam de pregos, pois se recorria a fitas retiradas da casca das varas de bambu para "atar" entre si as peças verticais e horizontais da estrutura!

Parecem-me pois extremamente judiciosas as afirmações e as interrogações feitas pelo então Presidente da Direcção da AACDN, Dr Abílio Ançã Henriques, no Editorial do Boletim Informativo *Cidadania e Defesa* nº 26, de Julho-Agosto de 2007, na sequência da viagem anual à China.

Acompanho há já alguns anos o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial chinês e por isso não tenho dúvida em afirmar, em resposta à interrogação "...estaremos (ou não) a assistir ao emergir de uma verdadeira potência no concerto das nações, movida por um verdadeiro projecto imperial dos tempos modernos?" que tudo aponta nesse sentido. Com efeito, o crescimento industrial é uma realidade e quando traduzido em números, considerando os factores-chave da economia, poderá dizer-se que é avassalador! Para ilustrar esta tese, vou em seguida apresentar alguns elementos que considero elucidativos e que penso vir mais tarde, dispondo de mais tempo, a complementar, para que não restem quaisquer dúvidas.

Evolução industrial

No início dos anos 80 do século passado, foi o mundo ocidental confrontado com o emergir de novas atitudes do poder chinês patrocinadoras da mudança de mentalidades dos intelectuais. Até aí, intensamente nos anos 60 e seguintes do século passado, era normal encontrar-se na Europa muitos bolseiros japoneses que estagiavam nos melhores e mais credenciados laboratórios de investigação e em instalações de empresas, apreendendo novos conceitos e novas tecnologias que transportavam e introduziam nas suas unidades industriais, transformando-as qualitativa e quantitativamente em estruturas de elevada produtividade, de modo a oferecerem no mercado internacional produtos novos a preços altamente competitivos. O turismo japonês era igualmente muito notado e específico, por incluir quase sempre grupos numerosos de pessoas com elevado poder de compra e dispondo de máquinas fotográficas de qualidade que fotografavam todas as vitrinas de modo a registar e levar para o seu país as tendências da moda identificadas pelos materiais aplicados e pelo *design*. Talvez seguindo este exemplo, aos japoneses foram acrescentados os chineses, que passaram também a encontrar-se como estagiários nos laboratórios e unidades de investigação, assimilando os conceitos científicos mais modernos, e nos laboratórios de empresas tomando contacto com novas tecnologias. Também na mesma altura, nas feiras internacionais europeias, às quais os japoneses se deslocavam com numerosas delegações, apresentando os seus equipamentos e observando os equipamentos dos fabricantes ocidentais, surgiram os chineses que começaram por trazer matérias primas que ofereciam através de catálogos onde inscreviam as características técnicas. Lembro-me de tomar contacto com esta realidade numa das GIFA que se realiza em Dusseldorf, Alemanha, de quatro em quatro anos, e do temor que causou em Portugal a oferta de paratungstato de amónio, produto intermédio entre os concentrados de tungsténio e o óxido túngstico, a um preço inferior ao preço de venda dos concentrados. Daí em diante, o crescimento de um "novo império" entrou em marcha acelerada. Vamos citar alguns exemplos para demonstrar esta afirmação:

Tungsténio

Nos anos 80 do século XX, a produção mundial de concentrados de tungsténio encontrava-se distribuída por um grande número de países, entre os quais se destacavam a China, Áustria, Canadá, Estados Unidos, Rússia, Coreia do Norte e Bolívia. Portugal encontrava-se como um país produtor de referência, tendo em exploração diversas minas, entre as quais a da Panasqueira que, apesar de vicissitudes de vária ordem, mantém actualmente a produção. Todavia, para mostrar a estrutura produtiva no século XXI basta atentar nos números seguintes, em toneladas, relativos aos cinco maiores produtores de concentrados a nível mundial (Quadro 1):

Quadro 1

Países	2001	2002	2003	2004	2005
China	42.100	55.100	55.500	60.000	61.000
Rússia	5.100	5.300	5.450	5.500	4.400
Áustria	1.429	1.377	1.381	1.335	1.350
Canadá	-	2.295	3.636	-	700
Portugal	698	693	715	746	815
Total Mundial	**50.800**	**66.100**	**68.200**	**69.400**	**70.100**
% China	**82,9**	**83,4**	**81,4**	**86,5**	**87,0**

Como se observa, os Estados Unidos deixaram de ter produção mineira embora disponham de reservas importantes como se pode observar no Quadro 2:

Quadro 2

Países	Produção mineira		Reservas certas	Reservas base
	2005	2006		
China	61.000	62.000	1.800.000	4.200.000
Rússia	4.400	4.500	250.000	420.000
Áustria	1.350	1.350	10.000	15.000
Canadá	700	2.500	260.000	490.000
Portugal	820	900	2.600	7.500
Estados Unidos	--	--	140.000	200.000
Total mundial	**70.100**	**73.300**	**2.900.000**	**6.200.000**
% China	**87,0**	**84,6**	**62,1**	**67,7**

A China mantém a sua hegemonia em todos os campos a nível mundial e a perda de cota de mercado de 2005 para 2006 pode ser explicada, considerando que o Governo chinês restringiu as quantidades de tungsténio a serem produzidas e exportadas, o que determinou escassez da oferta no mercado internacional, nomeadamente no mercado europeu, e o crescimento dos preços em dólares, em 2005 de ˜300% e em 2006 de ˜ 400% relativamente aos de 2003 e 2004 e o aumento da produção mineira do Canadá e da produção secundária a partir de sucata nos Estados Unidos.

Cabe aqui referir que o tungsténio é utilizado industrialmente, principalmente no fabrico de peças de carboneto de tungsténio, que, dada a sua elevada dureza e resistência ao desgaste, são utilizadas na produção de ferramentas de corte de metais, em *bits* de barrenas na indústria mineira ou exploração de pedreiras e em coroas de brocas usadas na perfuração de túneis e abertura de poços para a extracção de petróleo e na indústria da construção civil. O remanescente é utilizado no fabrico de ligas de aço de elevada densidade, no fabrico de filamentos de lâmpadas incandescentes, fios e outros componentes eléctricos, electrónicos, etc, etc.

Aço bruto

É impressionante o crescimento da produção e, naturalmente, do consumo mundial de aço ao longo dos últimos anos. Mas mais impressionante ainda é a constatação de que o principal contributo para este crescimento vem fundamentalmente da China. Observemos os valores da produção, em milhões de toneladas, e do consumo mundial de aço considerando apenas os seis maiores produtores e consumidores do mundo (Quadro 3).

A leitura do quadro mostra a importância crescente, a nível mundial, da produção e consumo de aço pela China, enquanto que os outros maiores produtores e consumidores mostram, comparativamente, crescimentos pouco relevantes. De notar ainda que em 2002 a produção chinesa era de apenas 1,7 vezes superior à do 2º maior produtor, o Japão, sendo em 2006 3,6 vezes mais elevada, continuando a crescer em 2007. De acordo com as últimas estatísticas (Outubro de 2007) o crescimento da produção nos 67 países reportados pelo IISI terá sofrido um aumento de 7,6% relativamente a 2006. Excluindo a China, esse aumento seria apenas de 2,5%.

O que estes números (em toneladas) implicam no crescimento do consumo de matérias-primas (minérios e carvões) e na produção de gases com efeito de estufa pode ser traduzido no Quadro 4:

Haveria muitas outras considerações a fazer relativamente aos números apresentados mas, para os objectivos do trabalho parece-nos suficiente.

No entanto, convém acrescentar o valor das reservas mundiais de minérios de ferro considerando os seis maiores países detentores e os valores globais, (Quadro 5) em milhões de toneladas.

A utilização do aço bruto depois de laminado e transformado em produtos planos (chapa) e em longos (varões, perfis, etc.) é a mais diversa e é sobejamente conhecida pelo que não carece de explicitação.

Alumínio

É actualmente um dos metais estratégicos, considerando a sua utilização em diversos sectores da economia, nomeadamente a indústria aeronáutica e a indústria automóvel. Por isso vamos também fazer um relato que permita enquadrar a posição da China num contexto global mundial.

A produção metalúrgica primária de alumínio a partir

Quadro 3

Países	2002		2003		2004		2005		2006	
	Prod	Cons	Prod	Cons	Prod	Cons	Prod	Cons	Prod	Cons
China	182,2	185,6	222,1	233,6	272,5	265,0	355,8	326,8	422,7	356,2
Japão	107,7	71,7	110,5	73,4	112,7	76,9	112,5	78,0	116,2	79,0
EUA	91,6	103,0	93,7	100,9	98,9	115,9	94,9	107,1	98,6	119,6
Rússia	59,8	23,3	61,5	31,9	65,6	33,7	66,1	30,5	70,8	36,0
Coreia do Sul	45,4	43,7	46,3	45,8	47,5	47,2	47,8	47,1	48,5	49,3
Alemanha	45,0	34,3	44,8	34,3	46,4	35,9	44,5	36,1	47,2	38,4
Total mundial	**903,6**	**804,8**	**969,3**	**863,7**	**1.056,7**	**974,3**	**1.141,9**	**1.026,0**	**1.244,2**	**1.113,2**
%China	**20,2**	**23,1**	**22,9**	**27,0**	**25,8**	**27,2**	**31,2**	**31,9**	**34,0**	**32,0**

Quadro 4

		2002	2003	2004	2005	2006
Minérios (10^6)	Mundial	1.131,6	1.222,3	1.363,6 [1]	1.505,4[1]	1.656,0[1]
	China	343,2	401,4	478,6[1]	641,1[1]	768,0[1]
Carvões (10^3)[2]	Mundial	489.8	525,84	574,2	633,8	697,3
	China	136,6	161,8	201,5	269,9	323,4
Gases/CO_2 ($!0^9$)[3]	Mundial	1.5	1.6	1.8	1.9	2.1
	China	0.3	0,4	0,5	0,6	0.7

[1] Valores estimados a partir da produção de gusa;
[2] Valores estimados, considerando o consumo médio de coque de 560kg/ton de gusa e carvões com 70% de carbono fixo, 25% de matérias voláteis e 5% de cinzas;
[3] Para transformar toneladas em m3 basta multiplicar os valores tabelados por 509.1.

de minério (bauxite) percorre duas etapas caracterizadas pelo elevado consumo de energia. Vamos, por isso, referir-nos à produção mundial e à produção da China e de mais alguns países elevados produtores e consumidores.

No Quadro 6 são indicadas as produções anuais de alumina e de alumínio (milhares de tons) e os respectivos consumos de energia (Mwh/ton):

O alumínio, sendo um material com aplicação crescente no fabrico de viaturas automóveis, poderá contribuir para que venha a cumprir-se a determinação relativa às emissões gasosas de 140g/km, ou mesmo 120g/km.

A produção mundial de alumínio aumentou cerca de 9% em 2006 e deverá continuar a crescer em 2007 ao ritmo de mais 8%, para vir a atingir a produção de 36,5 milhões de toneladas. Se continuar a crescer, como se espera, ao ritmo de 6% ao ano, a produção mundial atingirá o montante de 47 milhões de toneladas em 2012. No que diz respeito à China, admite-se que permaneça o maior consumidor mundial, pois, tendo produzido cerca de oito milhões de viaturas automóveis em 2006, é provável que venha a produzir 20 milhões já em 2010, cerca de duas vezes a produção actual do Japão, *leader* mundial em 2006. A produção de alumínio da China é actualmente o dobro da sua produção de 2002. No entanto, dado o elevado consumo energético (˜15.000kwh/ton), o governo chinês tem vindo a limitar o crescimento, embora sem grande sucesso, pois, a capacidade instalada continuou a aumentar a um ritmo apreciável. A importação tem aumentado, pelo que o mercado mundial pode tornar-se deficitário. Todavia, os preços do mercado do alumínio têm-se mantido sem grandes oscilações.

Quadro 5

País[1]	Reservas 10^6tons	% do Total
China	50.000	16,3
Ucrânia	50.000	16,3
Rússia	45.000	14,7
Austrália	40.000	13,1
EUA	23.000	7,5
Brasil	19.500	6,4
Total mundial	**306.200**	**100,0**

[1]Deverá chamar-se a atenção para o facto de que o volume de reservas seria muito diferente do referido, se fosse tido como padrão o teor em Fe dos minérios utilizáveis industrialmente.

Quadro 6

		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alumina (10^3)tons	Mundial	51.300	54.000	55.500	47.443,2	49.272,3	50.114,4
	China	4.650	5.450	6.140	n.d.	n.d.	13.696
Alumínio(10^3) tons	Mundial	24.300	26.000	21.935	22.592	23.463	23.864
	China	3.250	4.300	5.547	6.689	7.806	9.349
Energia (Mwh/ton)[1]	Alumina	12,2	-	-	-	-	-
	Alumínio	15,2	-	-	-	-	-

[1] O consumo de energia em Mwh/ton, na produção de alumínio primário, não se tem modificado substancialmente ao longo dos últimos anos. Prevê-se uma melhoria considerável no futuro (2012).

Autor

Horácio Maia e Costa
Prof Catedrático Jubilado
Sócio nº 240/88 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Jantar-Debate

Realizou-se, no passado dia 30 de Janeiro, na Messe de Oficiais da Força Aérea, em Monsanto, mais um jantar-debate, tendo sido convidado, para o efeito, o Prof Doutor António Manuel Dias Farinha.
O Islão – situação actual foi o tema que o Prof Doutor Dias Farinha abordou com mestria e que gerou um agradável e profícuo debate entre cerca de meia centena de participantes, entre auditores, seus familiares e amigos.
O orador é Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Director do Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos e reconhecido investigador e especialista na temática do Islão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Colóquios e Conferências Parlamentares

A convite do Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Dr Miranda Calha, a Direcção da AACDN fez-se representar pelo seu Vice-Presidente, Dr Marques Fernando, na conferência subordinada ao tema *Guerra Peninsular, Soberanias Atlânticas, Novas Instituições*, integrada no 2º centenário da ida da Corte Portuguesa para o Brasil, que teve lugar na Sala do Senado da Assembleia da República, no dia 14 de Março.
A conferência contou com a presença de ilustres oradores, nacionais e estrangeiros.
O Presidente da Assembleia da República, Dr Jaime Gama, presidiu à sessão de abertura

Quotas em 2008

Para o corrente ano de 2008, a Direcção da AACDN decidiu não propor à Assembleia Geral qualquer aumento de quotas, mantendo-se, assim, o valor **60,00 Euros**, o qual vem já de Janeiro de 2005.
Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:
- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviado com o Boletim 14/2004;
- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;
- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;
- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-**16**-17-18
19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-**Fevereiro**-Março-Abril-Maio
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-Dezembro **2008**

Arte e Cultura do Império Russo nas Colecções do Hermitage

Visita da AACDN

Integrada no programa dos *Sábados Culturais,* decorreu no passado dia 16 de Fevereiro a visita à valiosíssima colecção do Museu Hermitage, importante e variada selecção de peças ilustrativa da realidade russa dos séculos XVIII a XX, pela primeira vez em Portugal, enquadrada numa política de estreitamento das relações culturais Portugal-Federação Russa.

A Galeria D. Luis, no Palácio Nacional da Ajuda, foi sujeita a obras de requalificação para que, mais condignamente, pudesse receber tão valioso espólio, que, a par do seu esplendor, retrata a inigualável diversidade das colecções imperiais do Museu Hermitage.

Creio não exegerar se disser que a expectativa e o interesse dos visitantes eram grandes e, porque a exposição se aproximava do fim, a afluência de público também.

Após uma breve espera para regularização das formalidades de acesso, entrámos.

Guiados pelo saber e experiência da Dra Rita Canavarro, guia colocada ao serviço exclusivo da AACDN, um grupo de 34 pessoas (auditores e seus familiares) iniciou a viagem.

E neste percurso não tivemos apenas oportunidade para contemplar e conhecer as magníficas peças expostas, fomos também transportados para a Rússia do século XVIII, cuja história, embora em passo apressado, percorremos até à Revolução de 1917.

Conhecemos histórias de amores e de desamores, de ódios e de paixões, de pobreza extrema e de luxo ofuscante, de lealdades e de traições, de paz e de guerra, de vida e de morte.

Quanto às peças em exposição, também os nossos sentidos e a nossa curiosidade não ficaram circunscritos à sua contemplação, antes nos deixámos levar pelo entusiasmo da Dra Rita Canavarro e, sem mesmo disso termos consciência plena, adentrámos no Museu Hermitage, um dos maiores do mundo, e deslumbrámo-nos com a magnificência dos palácios em que está instalado, acompanhando os seus mais altos momentos de glória e também os de profundo abatimento, como em 1837, quando um grande incêndio, que durou mais de 30 horas, o destruíu quase por completo.

Participámos, mais ou menos activamente, com os últimos czares da Rússia, na sua actividade coleccionadora, e surpreendemo-nos com o empenho de Catarina II, que em 1764 adquiriu, a Johann Gotzkowski, negociante berlinense, uma colecção de 225 pinturas flamengas e alemãs, a que se seguiram, também dignos de relevo, o entusiasmo e interesse de Nicolau I e de Nicolau II.

Entusiasmados em tudo querer ver e tudo querer saber, foi com pesar que recebemos a notícia de que a visita havia chegado ao fim.

Após as simpáticas palavras de despedida da Dra Rita Canavarro, ficava-nos apenas a oportunidade de, por sugestão do nosso prezado Secretário Geral, Coronel Miguel Fradique, a saudarmos com calorosa salva de palmas.

Tenho para mim que, a par do interesse intrínseco desta visita e que, indubitavelmente, foi muito, ela serviu também para nos aguçar o apetite a ir a São Petersburgo apreciar a grandiosidade, a beleza e a enorme riqueza cultural do Museu Hermitage.

Por mim, se querem saber, já me imagino a receber a brisa refrescante que do Neva vem, descansando da fadiga e das emoções de tantos quilómetros de corredores entusiasticamente percorridos.

José Monteiro

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

José da Silva **Monteiro** nasceu em Lamego, em Dezembro de 1942.

Tal como a generalidade dos jovens da sua geração, participou na Guerra Colonial.

De 1965 a 1967, tendo a G-3 por companheira inseparável, calcorreou as terras da Guiné, ora atravessando bolanhas, enterrado em água ou lodo, ora tentado penetrar na floresta selvagem. Umas vezes destilando sob um sol inclemente e abrasador, um calor húmido e abafado, outras naufragando em dilúvios de chuvadas torrenciais. E depois, claro, a guerra!

É casado e pai de dois filhos. É licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, e exerceu Advocacia.

Numa instituição de crédito, exerceu as funções de: Consultor Jurídico, Advogado e, posteriormente, Advogado coordenador, responsável pela coordenação da assessoria jurídica. No exercício destas funções, elaborou e colaborou na elaboração de diversos projectos de diplomas legais, relacionados com a actividade bancária; integrou e coordenou grupos de trabalho constituídos por juristas encarregados de preparar ou analisar textos legislativos ou regulamentares, disciplinadoras da actividade bancária, salientando, pela sua complexidade, a designada Lei das Indemnizações, a qual visava o pagamento de indemnizações aos titulares de direitos sobre empresas ou unidades de produção nacionalizadas após o 11 de Março de 1975.

Posteriormente, ingressou na gestão desta mesma instituição de crédito, tendo exercido os cargos de: Director do Departamento de Recursos Humanos, Director do Departamento de Auditoria e Inspecção, Director coordenador da Área de Auditoria e Inspecção, Director coordenador da Área jurídica e Assessor do Conselho de Administração.

Possui o curso de formadores e ministrou várias acções de formação, proferiu diversas conferências, fundamentalmente no âmbito da gestão de Recursos Humanos, da Prevenção da Fraude Financeira, do Branqueamento de Capitais e do Direito Bancário em geral.

Leccionou no Instituto Superior de Novas Profissões e foi membro do Conselho Geral do Montepio Geral.

Presentemente, dedica-se à advocacia, como profissional liberal.

É sócio de várias associações que prosseguem fins sociais ou culturais, fazendo parte dos Orgãos Sociais de algumas delas.

É o sócio nº 569/96 da AACDN.

Do curso de auditores salienta com satisfação imensa o facto de, a par dos importantes conhecimentos adquiridos, a oportunidade de, aos cinquenta anos, ter feito novas, grandes e duradoiras amizades, que perduram, também alimentadas na primeira segunda-feira de cada mês com um almoço no IDN.

No âmbito da actividade associativa na AACDN, foi presidente do Conselho Fiscal no mandato de 2002 / 2003 e recorda com agrado a excelência e a cordialidade no relacionamento com a Direcção.

Foi Vice-Presidente da Direcção de 2006/2008, mandato que agora terminou.

E aqui deixa expresso o quanto foi, para si, gratificante ter participado mais directamente na condução dos destinos da nossa Associação. E pensando – veja-se só a veleidade – que se estes dois anos de trabalho, realizado apenas com o espírito de servir, lhe conferem algum direito, aproveitá-lo-ia para recordar que a concretização dos meritórios objectivos da AACDN, estatutariamente definidos, pressupõe a participação de todos, destacando de entre estes, pela sua energia e capacidade de inovação, os auditores mais jovens.

SABE QUAL É A MELHOR MANEIRA DE IR DAQUI ATÉ AO ESCRITÓRIO?

É POR AQUI.

HTC P3600

GPS

- Sistema de navegação com alta voz
- 3,5 G • Wi-Fi
- Push Mail • Internet
- Microsoft Windows Mobile 5.0
- Câmara de 2 Megapixel

Deixe-se guiar pelo HTC P3600 da tmn. Um equipamento topo de gama com a mais recente tecnologia de comunicações móveis, com um sistema de navegação GPS que lhe permite saber sempre por onde anda. Para mais orientações vá a **www.tmn.pt**.

Limitado ao stock existente.

tmn

até já.